



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23565-200, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica, de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, além das atividades de selos de rastreamento de controle fiscal.

### NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31/12/2015, em moeda corrente nacional (R\$), utilizando 02 (duas) casas decimais, seguindo as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

### NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Os Bens, Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.
- b) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31/12/2015 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.
- c) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.
- d) Os Investimentos Temporários estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.
- e) Os Investimentos e o Imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção.
- f) A Depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos bens.
- g) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

### NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Nos termos da Resolução nº 4.034, do Banco Central do Brasil, que comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extramercado Comum IRFM.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

4.2– CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Delegacia de Polícia Federal	47.015.079,99	61.201.390,87
Programa Sicobe - Envasadoras	29.215.522,25	166.967.159,10
UTE - União Transitória de Empresas - CMB/CAMOAR	19.383.310,82	12.877.580,59
Ministério das Relações Exteriores	4.217.769,02	5.182.620,01
Gold Credit Banco de Bullion	2.266.140,00	2.266.140,00
Banco Central da Venezuela	1.358.557,87	926.184,85
Outros	2.094.295,23	1.106.827,29
<b>TOTAL</b>	<b>105.550.675,18</b>	<b>250.527.902,71</b>

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2015, sendo as variações mais relevantes em comparação ao exercício de 2014 os saldos a receber dos envasadores constantes no Programa SICOBE apresentando queda no montante de R\$ 137.751.636,85 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

A recuperação dos valores devidos pelo Departamento de Polícia Federal se dará mediante procedimentos administrativos de conciliação e arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.

4.2.1 – UNIÃO TRANSITÓRIA DE EMPRESAS – UTE

A Casa da Moeda do Brasil e a Sociedad Del Estado da Casa da Moneda – CAMOAR, da Argentina formaram uma União Transitória de Empresas – UTE, na Argentina, com o intuito de, exclusivamente, fornecer cédulas ao Cliente Banco Central de la Republica Argentina – BCRA.

Na UTE, as empresas associadas não representam uma nova personalidade jurídica, conforme preceituado pelo artigo 377 da Lei n.º 19.550 (Lei de Sociedades Comerciais da República Argentina – LSC). Tal forma de união possui natureza jurídica de contrato empresarial plurilateral associativo, não societário.

Sendo assim, no sentido do enquadramento da UTE, em análise de direito comparado, esta se assemelha ao instituto do consórcio de empresas da lei de sociedades anônimas do ordenamento jurídico brasileiro.

O quadro a seguir apresenta o saldo das notas fiscais em aberto atualizados conforme o índice de atualização cambial em 31/12/2015 pelo site do Banco Central do Brasil.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

VALORES A RECEBER - UTE - CMB/CAMOAR (31/12/2015)							
NOTA FISCAL	NÚMERO INVOICE	DATA INVOICE	EMIÇÃO NF	FATURAMENTO US\$	PAGAMENTO US\$	SALDO US\$	SALDO R\$
1146	51/2011 - AR	07/11/2011	29/11/2011	\$2.123.782,08	\$1.859.590,08	\$264.192,00	R\$ 1.031.537,66
1484	06/2012 - AR	04/06/2012	05/06/2012	\$3.635.044,80	\$3.280.388,80	\$354.656,00	R\$ 1.384.754,35
2720	06/2013 - AR	12/12/2013	12/12/2013	\$808.473,60	\$0,00	\$808.473,60	R\$ 3.156.685,17
2752	08/2012 - AR	11/04/2014	11/04/2014	\$40.000,00	\$0,00	\$40.000,00	R\$ 156.180,00
2760	05/2014 - AR	08/05/2014	20/05/2014	\$40.000,00	\$0,00	\$40.000,00	R\$ 156.180,00
2850	07/2014 - AR	11/07/2014	10/12/2014	\$3.340.800,00	\$2.998.320,00	\$342.480,00	R\$ 1.337.213,16
3020	01/2015 - AR	10/11/2015	11/11/2015	\$354.564,00	\$0,00	\$354.564,00	R\$ 1.384.395,14
3031	02/2015 - AR	10/11/2015	18/11/2015	\$605.211,00	\$0,00	\$605.211,00	R\$ 2.363.046,35
3032	02A/2015 - AR	10/11/2015	18/11/2015	\$14.688,00	\$0,00	\$14.688,00	R\$ 57.349,30
3044	03/2015 - AR	23/11/2015	25/11/2015	\$343.254,00	\$0,00	\$343.254,00	R\$ 1.340.235,24
3053	04/2015 - AR	02/12/2015	01/12/2015	\$361.320,00	\$0,00	\$361.320,00	R\$ 1.410.773,94
3086	05/2015 - AR	14/12/2015	15/12/2015	\$1.108.048,00	\$0,00	\$1.108.048,00	R\$ 4.326.373,42
3100	06/2015 - AR	21/12/2015	22/12/2015	\$298.089,00	\$0,00	\$298.089,00	R\$ 1.163.888,50
3101	06/2015 - AR	21/12/2015	22/12/2015	\$29.376,00	\$0,00	\$29.376,00	R\$ 114.698,59
<b>TOTAL</b>				<b>\$13.102.650,48</b>	<b>\$8.138.298,88</b>	<b>\$4.964.351,60</b>	<b>R\$ 19.383.310,82</b>

No exercício de 2015 a CMB reconheceu Variação Cambial Ativa referente a atualização dos saldos a receber da UTE – CMB/CAMOAR e do Banco Central da Venezuela, nos valores de R\$ 3.597.000,83 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais e oitenta e três centavos) e R\$ 432.373,01 (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e um centavo), respectivamente, reconheceu também, Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD nos montantes de R\$ 4.045.144,97 (quatro milhões, quarenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos) e R\$ 715.008,54 (setecentos e quinze mil, oito reais e cinquenta e quatro centavos).

**4.3 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR**

SERVIÇOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Sicobe	300.156.351,06	113.502.934,02
Scorprios	31.544.657,95	11.377.125,17
<b>TOTAL</b>	<b>331.701.009,01</b>	<b>124.880.059,19</b>

CUSTO DO SERVIÇO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Sicobe	190.674.322,01	72.102.738,84
Scorprios	16.168.403,70	7.573.264,64
<b>TOTAL</b>	<b>206.842.725,71</b>	<b>79.676.003,48</b>

4.3.1 – Trata-se de apropriação de receitas de serviços a faturar e seu custo proporcional, relativamente ao programa de leitura e controle dos Serviços de Rastreamento de Bebidas (SICOBE) e dos Serviços de Rastreamento de Selos de Cigarros (SCORPIOS) dos meses de novembro e dezembro de 2015, realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 8.040.447,43 (oito milhões, quarenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

VALORES (EM R\$)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	8.040.447,43	6.010.002,59
<b>TOTAL</b>	<b>8.040.447,43</b>	<b>6.010.002,59</b>

### 4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

VALORES (EM R\$)

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	31/12/2015	31/12/2014
IPI A COMPENSAR	10.619.970,86	8.686.753,82
ICMS A COMPENSAR	7.328.982,27	3.652.713,36
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	88.044.986,58	76.195.554,11
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras	1.139.542,74	0,00
IRRF A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	1.907.497,11	0,00
OUTROS TRIBUTOS	170.125,42	170.125,42
<b>TOTAL</b>	<b>109.211.104,98</b>	<b>88.705.146,71</b>

Os valores de R\$ 10.619.970,86 (dez milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 7.328.982,27 (sete milhões, trezentos e vinte oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos) referem-se à apropriação do crédito nas operações de aquisição de matérias primas de IPI e ICMS respectivamente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social a Recuperar no valor de R\$ 88.044.986,58 (oitenta e oito milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos) são créditos tributários acumulados e corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de saldos credores de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais. O valor de R\$ 1.139.542,74 (um milhão, cento e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos) refere-se ao saldo de IRRF incidentes no ganho de aplicações financeiras. O saldo de R\$ 1.907.497,11 (um milhão, novecentos e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e onze centavos) é proveniente de retenções por parte de órgãos públicos na ocasião da liquidação de nossas notas fiscais de faturamento.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
PESSOAL CEDIDO	2.648.511,54	2.109.049,81
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.259.347,98	1.259.347,98
INSS - CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	16.762,81
FOLHA DE PAGAMENTO	160.455,88	159.153,67
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	33.383,00	35.178,33
<b>TOTAL</b>	<b>4.101.698,40</b>	<b>3.579.492,60</b>

4.6.1 – CRÉDITO PESSOAL CEDIDO

O saldo da Conta de Crédito Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados desta empresa, cedidos aos Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram à CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878/1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH, de 09/07/2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, inclusive através de conciliação na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, bem como através de Ações Judiciais.

CRÉDITO PESSOAL CEDIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	PERCENTUAL
Universidade Federal de São João del-Rei - Pro-Reitoria	835.926,69	31,56%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	487.675,19	18,41%
Inst Federal de Educ. Ciência e Tec. do Rio de Janeiro	407.719,22	15,39%
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	274.977,28	10,38%
Coordenação Geral de Gestão de Recursos Humanos - MTE	177.170,05	6,69%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	134.054,05	5,06%
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - MPOG	101.036,96	3,81%
Fundação IBGE - Administração Central / RJ	59.917,08	2,26%
Defensoria Pública da União	49.475,96	1,87%
Universidade Federal Fluminense	48.641,96	1,84%
Prefeitura do Rio de Janeiro	40.499,36	1,53%
Cifão Fundação de Previdência da Casa da Moeda	31.417,74	1,19%
<b>TOTAL</b>	<b>2.648.511,54</b>	<b>100,00%</b>

4.7 – ESTOQUES

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. Em observância às Normas Internacionais, o valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual. Os estoques foram mensurados pelo valor do custo ou valor



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

realizável líquido, dos dois o menor. A variação na rubrica de estoques é explicada basicamente pela redução de aquisição de matéria-prima. O valor de estoque consumido no exercício de 2015 reconhecido como custo de produto foi de R\$ 250.882.085,65 (duzentos e cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos Acabados	52.578.710,65	69.443.323,88
Produtos em Processo	55.113.958,35	38.620.986,18
Matéria-Prima	98.420.403,08	135.250.032,30
Almoxarifado	18.368.428,87	20.191.551,31
Importações em Andamento	0,00	282.593,18
<b>TOTAL</b>	<b>224.481.500,95</b>	<b>263.788.486,85</b>

### 4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 224.238,26 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos) são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

DESPESAS ANTECIPADAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Seguros de Riscos a Diferir	224.238,26	225.101,92
Seguro Garantia a Diferir	0,00	34.113,00
<b>TOTAL</b>	<b>224.238,26</b>	<b>259.214,92</b>

### 4.8.1 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da CMB estão assegurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

MODALIDADE	RAMO	VALORES EM RISCO (EM R\$)	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (EM R\$)
Imobilizado/Estoque	Incêndio/Raio/Explosão	959.498.500,00	655.000.000,00
Imobilizado	Danos Elétricos	0,00	50.000.000,00
Operações Parque Industrial	Vazamento de Sprinkl	0,00	40.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>959.498.500,00</b>	<b>745.000.000,00</b>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

CLIENTES A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
São Paulo Transportes SA	0,00	4.023.339,92
Detran do Estado do Rio de Janeiro	0,00	3.982.641,34
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.111.676,16	1.111.676,16
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	0,00	592.756,19
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	504.718,33	504.718,33
Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - MRE	489.059,20	489.059,20
Coordenação Geral de Logística - Ministério da Justiça	450.450,00	450.450,00
Apoio Engenharia e Comunicações Ltda	0,00	297.835,46
RDF&B/Savoysa Investimentos e Participações	0,00	97.500,00
Departamento da Polícia Federal	70.509,92	70.509,92
Detran do Estado do Espírito Santo	0,00	43.261,08
Companhia do Metropolitano de São Paulo	0,00	39.237,54
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	31.415,42	31.415,42
UEI Telecomunicações Ltda	0,00	14.560,00
Conselho Federal de Contabilidade	1.023,00	1.023,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.658.852,03</b>	<b>11.749.983,56</b>

A variação desta rubrica em sua grande parte é decorrente de reclassificações para Créditos a Receber por Ações Judiciais, em virtude da avaliação jurídica e conforme recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015.

A recuperação dos valores devidos pelo Departamento de Polícia Federal e pela Coordenação Geral de Logística – Ministério da Justiça se dará mediante procedimentos administrativos de conciliação e arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.

5.2 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR

SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS		VALORES (EM R\$)
CLIENTES	31/12/2015	
Sicobe (2009 a 2015)	132.181.665,81	
Scorpios (2008 a 2015)	9.486.888,82	
<b>Total</b>	<b>141.668.554,63</b>	



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

**VALORES EM R\$**

<b>CUSTOS EXECUTADOS VENCIDOS SOBRE SERVIÇOS</b>	
<b>CLIENTES</b>	<b>31/12/2015</b>
Sicobe (2009 a 2015)	83.968.403,20
Scorprios (2008 a 2015)	4.862.277,18
<b>Total</b>	<b>88.830.680,38</b>

5.2.1 – Os saldos são remanescentes de valores a receber e custos proporcionais, por serviços executados referente ao programa de leitura e controle de Selos de Rastreamento de Bebidas (SICOBE) e nos Serviços de Selos de Rastreamento de Cigarros (SCORPIOS), realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

Com base na Instrução Normativa nº 1.390/2013 que altera a Instrução Normativa nº 869/2008 da Receita Federal do Brasil - RFB, o não pagamento dos serviços executados, por três meses consecutivos ou alternados, deve ser comunicado à Delegacia da RFB para que o envasador seja colocado na condição de anormalidade. Nessa condição, os envasadores ficam sem os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos de controle/contagem, até que sanem o débito. A CMB tem enviado as comunicações aos Delegados da RFB.

**5.3 – EFEITO CREDOR NO RESULTADO DE AJUSTE DO PROGRAMA SCORPIOS E SICOBE**

O efeito credor de R\$ 14.984.279,58 (quatorze milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) deu-se em função do ajuste dos valores do programa Sicobe e Scorprios de fabricantes de bebidas e cigarros em atraso, que trazidos a valores de 2015 e comparados à posição de 2014, demonstram, conforme quadro abaixo:

**VALORES (EM R\$)**

<b>PROGRAMA SICOBE</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Efeito</b>
Contas a Receber	132.181.665,81	95.678.791,99	36.502.873,82
Custos a Pagar - SICPA	83.968.403,20	60.779.952,61	(23.188.450,59)
<b>AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2015 - PROGRAMA SICOBE</b>			<b>13.314.423,23</b>
<b>PROGRAM SCORPIOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Efeito</b>
Contas a Receber	9.486.888,82	8.851.459,56	635.429,26
Custos a Pagar - SICPA	4.862.277,18	5.896.704,27	1.034.427,09
<b>AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2015 - PROGRAMA SCORPIOS</b>			<b>1.669.856,35</b>
<b>AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2015</b>			<b>14.984.279,58</b>

A partir de 18/06/2014 por força da Lei nº 12.995/2014 a CMB, passou a receber em forma de taxa por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção – Programa Sicobe – e por carteira de cigarros controlada pelos equipamentos contadores de produção – Programa Scorprios.

**5.4 – PROVISÃO PARA PERDAS ESTIMADAS NO CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

As Perdas Estimadas no Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram constituídas conforme disposições disciplinadas na Lei nº 13.097/2015, de 19/01/2015 (conversão da Medida Provisória nº 656, de 07/10/2014) e suas alterações.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

Nessas condições, naquilo que se reporta às pendências de "créditos a receber" relativas ao SICOBÉ, SCORPIOS, Clientes Governamentais, Clientes Internacionais, outros Clientes, bem como após os posicionamentos das áreas Comercial e Jurídica da Casa do Moeda do Brasil – CMB, acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), observou os seguintes critérios:

- 1) Não foram constituídas PECLD para pendências vencidas até 6 (seis) meses em 31/12/2015;
- 2) Não foram constituídas PECLD para pendências vencidas a mais de 6 (seis) meses em 31/12/2015, cuja avaliação das áreas Comercial e Jurídica informaram ser provável ou praticamente certo que o Cliente liquidará a pendência;
- 3) Foram constituídas PECLD para pendências vencidas em 31/12/2015, cuja avaliação das áreas Comercial e Jurídica informaram ser de êxito remoto que o Cliente liquidará a pendência;
- 4) Foram constituídas PECLD para pendências vencidas a mais de 6 (seis) meses, em 31/12/2015, com valor de até R\$15.000,00 por operação, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- 5) Foram constituídas PECLD para pendências vencidas a mais de 12 (doze) meses, em 31/12/2015, com valor superior a R\$15.000,00 e inferior a R\$100.000,00 por operação, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa;
- 6) Foram constituídas PECLD para pendências vencidas a mais de 12 (doze) meses, em 31/12/2015, com valor superior a R\$100.000,00 por operação, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

5.4.1 – Clientes Comerciais – foi constituída a Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 7.119.053,53 (sete milhões, cento e dezenove mil, cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos), provenientes de transações operacionais normais de vendas ou serviços prestados em aberto até 31/12/2015, sendo revertida em 2015 a parcela de R\$ 4.318.142,37 (quatro milhões, trezentos e dezoito mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos).

5.4.2 – Serviços Executados a Faturar do SICOBÉ e SCORPIOS – foi constituída a provisão de R\$ 22.821.554,86 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), referente ao saldo dos serviços executados a faturar registrados pelo relatório de acompanhamento de produção, vencidos de 2008 a 2015, menos o correspondente custo apropriado.

### 5.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

	VALORES (EM R\$)	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	31/12/2015	31/12/2014
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	161.063.674,62	104.901.042,21
COFINS A COMPENSAR - Insumos	491.175.322,33	475.591.547,66
PASEP A COMPENSAR - Insumos	106.705.646,43	103.210.954,39
COFINS A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	77.617.583,23	75.671.895,81
CSLL a RECUPERAR - DIPJ	0,00	42.070.036,25
PASEP A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	16.816.969,82	16.395.404,13
<b>TOTAL</b>	<b>853.379.196,43</b>	<b>817.840.880,45</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

O valor de R\$ 161.063.674,62 (cento e sessenta e um milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar, são créditos tributários acumulados provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. Os saldos credores de R\$ 491.175.322,33 (quatrocentos e noventa e um milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) e R\$ 106.705.646,43 (cento e seis milhões, setecentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar – Insumos, são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços, utilizados na fabricação de produtos/serviços, com exclusividade conforme legislação vigente.

Os saldos credores de R\$ 77.617.583,23 (setenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos) e R\$ 16.816.969,82 (dezesseis milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos, são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Receita Federal do Brasil – RFB, Departamento da Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

As variações na contas PIS/PASEP a Compensar e Cofins a Compensar são devidos a acúmulo de créditos recuperados com maior incidência nos faturamentos à Sicpa Industria de Tintas e Sistemas Ltda., referentes aos Programas Sicobe e Scorpions.

### 5.6 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências ativas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, porém, em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, revisitou todos os valores a receber objetos de ações judiciais, suas rotinas e controles para somente reconhecer créditos *sub judice*, no ativo da CMB, após o trânsito em julgado, conforme Ofício Circular SEP SNC 02/2011, da CVM, em consonância com as boas práticas de governança aplicáveis.

Sendo assim, também em atendimento ao relatório em questão, levamos a resultado o valor de R\$ 12.670.868,09 (doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e nove centavos), referente ao Processo nº 2011.51.01.020275-0.

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificados como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme quadro a seguir:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS – PRATICAMENTE CERTOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
IPI - PROCESSO Nº 2011.51.01.020275-0	0,00	12.670.868,09
ADAUTO LEITÃO DE ARAUJO JUNIOR	23.320,00	0,00
UEI TELECOMUNICAÇÕES LTDA	20.596,87	0,00
AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONTRATOS DE PATROCÍNIO	207.319,88	0,00
AÇOPLAST IND. E COM. LTDA.	11.039.609,00	15.397.219,19
DETRAN-RJ	5.008.025,74	0,00
DETRAN-ES	433.219,25	0,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	230.024,92	0,00
APOIO ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES LTDA.	326.772,93	0,00
UNIÃO FEDERAL	4.634,20	0,00
TETRACAIXA INDª E COMº DE EMBALAGENS LTDA	103.981,00	0,00
RFB & B CORRETORA DE MERCADORIAS E PARTICIPAÇÕES LTDA	97.500,00	0,00
CDP DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA	59.826,68	0,00
HEART LINE METALURGICA E TECNOLOGIA LTDA	27.187,09	0,00
EMPRESA BRASILIENSE DE TURISMO	0,00	13.650,00
EMPRESA MULTY MAKER COMº E REPRESENTAÇÕES LTDA	24.587,41	25.661,07
EMPRESA CENTRES TECNOLÓGICO DE RESÍDUOS S/A	18.563,35	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES LTDA	16.000,00	0,00
RIOMIDIA INFORMÁTICA LTDA	10.524,28	0,00
MOKVA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	2.147,50	0,00
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	191.623,79	0,00
AÇÕES INDENIZATÓRIAS	48.432,69	0,00
CONSTRUTORA SALES	4.304,31	0,00
WELLBORN INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA.	35.334,61	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.933.535,50</b>	<b>28.107.398,35</b>

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - PROVÁVEIS</b>		
<b>TIPO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
PROCESSOS JUDICIAIS	293.570.763,74	953.703.287,89
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	630.935.205,27	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>924.505.969,01</b>	<b>953.703.287,89</b>

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a CMB passa a divulgar os processos judiciais que foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo não provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme especificado no quadro a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015

VALORES (EM R\$)

<b>PROCESSOS JUDICIAIS - NÃO PROVÁVEL</b>		
<b>TIPO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
PROCESSOS JUDICIAIS	247.888.251,71	33.514.949,95
<b>TOTAL</b>	<b>247.888.251,71</b>	<b>33.514.949,95</b>

5.7 – DEPÓSITOS JUDICIAL E RECURSAL

Os valores dos recursos impetrados pela Casa da Moeda do Brasil foram atualizados pelos índices de correção adotados pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, até 31/12/2015.

VALORES (EM R\$)

<b>CRÉDITOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Judicial	11.889.145,40	8.931.315,45
Recursal (atualizado SELIC)	5.284.102,11	4.581.523,23
<b>TOTAL</b>	<b>17.173.247,51</b>	<b>13.512.838,68</b>

5.8 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

VALORES (EM R\$)

<b>TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
BETA SA	11.284,47	11.284,47
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
COPENE (BRASKEN SA)	77.908,42	77.908,42
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
FACEPA	99.313,93	99.313,93
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
<b>TOTAL</b>	<b>647.048,34</b>	<b>647.048,34</b>

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários nos valores de R\$ 109.795,40 (cento e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos) e R\$ 95.715,57 (noventa e cinco mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos) foram constituídas nos exercícios de 2015 e 2014, respectivamente, para ajustar os valores desses Investimentos a valor de mercado.

5.9 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

VALORES (EM R\$)

<b>CRÉDITOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.648.241,30	2.997.389,98
<b>TOTAL</b>	<b>1.648.241,30</b>	<b>2.997.389,98</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

**VALORES (EM R\$)**

<b>NOTAS DO TESOURO NACIONAL</b>			
<b>DATA BASE</b>	<b>VENCIMENTO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
16/06/2000	16/06/2015	0,00	128.256,89
28/12/2000	28/12/2015	0,00	1.341.615,08
01/01/2004	01/01/2020	1.425,17	1.320,70
01/01/2006	01/01/2021	286.653,43	265.657,88
01/01/2014	01/01/2030	1.360.162,70	1.260.539,43
<b>TOTAL</b>		<b>1.648.241,30</b>	<b>2.997.389,98</b>

Os créditos relativos às Notas do Tesouro Nacional são corrigidos pela Taxa Referencial – TR – conforme suas datas bases e atribuídos juros de 6% ao ano.

**NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.**

**6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS**

Representam Certificados de Investimento – CI – provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 (um milhão, seiscentos e sessenta nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto n<sup>o</sup> 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

**VALORES (EM R\$)**

<b>CERTICADO DE INVESTIMENTO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
FINOR	459.504,93	459.504,93
FINAM	1.210.401,66	1.210.401,66
PROVISÃO PARA PERDA	(1.668.729,98)	(1.667.740,11)
<b>TOTAL</b>	<b>1.176,61</b>	<b>2.166,48</b>

O ajuste ao valor de mercado implicou em Provisão para perdas de R\$ 1.668.729,98 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

**6.2 – IMOBILIZADO**

O valor contábil do Ativo Imobilizado no Exercício de 2015 deduzido da depreciação, teste de impairment e amortização, está demonstrado no quadro abaixo:

**VALORES (EM R\$)**

<b>COMPOSIÇÃO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>823.030.409,17</b>	<b>860.265.965,08</b>
Imobilizado Técnico	813.597.742,00	846.730.169,34
Intangível	9.432.667,17	13.535.795,74



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 6.2.1 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 27 – Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, Amortização Acumulada e Ajuste para Perda, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação de venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

6.2.1.1 - As classes do Ativo Imobilizado foram avaliadas conforme a seguir:

VALORES (EM R\$)		
ITENS	31/12/2015	31/12/2014
<b>BENS E VALORES CORRIGIDOS</b>	<b>1.381.445.956,21</b>	<b>1.164.975.615,32</b>
Edifícios	96.822.179,62	98.368.534,78
Terrenos	3.883.737,89	3.883.737,89
Outros	22.280,00	7.840,00
Salas e Escritórios	9.944.004,63	9.944.004,63
Instalações	137.797.964,12	137.800.006,24
Coleções e Materiais Bibliográficos	227.181,37	227.181,37
Discotecas e Filmotecas	301.408,64	301.408,64
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	1.073.349.859,07	860.123.878,21
Equipamentos de Processamento de Dados	30.268.676,37	28.113.476,03
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	185.094,91	185.094,91
Mobiliário em Geral	22.762.874,15	20.457.756,69
Material de Uso Duradouro	1.555.100,99	1.242.176,99
Obras de Artes e Peças para Museu	490.966,90	485.891,38
Veículos Diversos	2.474.898,10	2.474.898,10
Projetos e Softwares	1.359.729,45	1.359.729,45
<b>(-) DEPRECIÇÃO</b>	<b>(631.134.598,85)</b>	<b>(584.033.951,05)</b>
<b>(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL</b>	<b>(900.095,09)</b>	<b>(498.846,27)</b>
<b>IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO</b>	<b>23.480.685,73</b>	<b>16.792.466,86</b>
Obras em Andamento	20.801.016,76	13.493.399,54
Bens Móveis em Almoxarifado	2.679.668,97	3.299.067,32
<b>IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO</b>	<b>40.705.794,00</b>	<b>249.494.884,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>813.597.742,00</b>	<b>846.730.169,34</b>

a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foi através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento;

b) o método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

c) a vida útil de cada bem e as taxas de depreciação foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

6.2.1.2 - O valor contábil bruto e a Depreciação Acumulada (mais as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável) no início e no final do período são:

COMPOSIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	846.730.189,34	889.320.956,41
Aquisições Exercício	30.214.231,60	22.862.752,87
Baixas Imobilizado	(2.189.148,62)	(747.994,57)
Depreciação	(60.756.281,50)	(64.624.320,17)
Redução ao Valor Recuperável do Ativo	(401.248,82)	(81.205,20)
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>813.597.742,00</b>	<b>846.730.189,34</b>

6.2.1.3 - O valor total da depreciação/amortização apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007 no Exercício de 2015 é de R\$ 65.432.754,09 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), dividida da seguinte forma:

a) Depreciação/amortização fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 44.250.220,08 (quarenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e vinte reais e oito centavos);

b) Depreciação/amortização administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 21.182.534,01 (vinte e um milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e um centavo).

6.2.1.4 - Desenvolvimento dos trabalhos de avaliação da estimativa de vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais.

O trabalho de análise dos bens do Ativo Imobilizado foi elaborado para atendimento à Lei nº 11.638/2007 e adequação às novas Normas Contábeis emanadas dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis - CPC. Nesta ação, foi apurado o Valor Atual Patrimonial em Uso, assim como calculada e determinada a Vida Útil Remanescente para os referidos bens patrimoniais, sendo realizados trabalhos de pesquisa de mercado e cálculos avaliatórios para os mesmos.

6.2.1.5 - Efeito no resultado do exercício oriundo das mudanças nos valores das depreciações.

Com o advento da Lei nº 11.638/2007 não foram mais aplicadas as taxas de depreciação fiscal no país, conforme determinado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A Legislação em vigor iniciou uma nova modalidade de se apurar a depreciação orientando a realizar uma análise criteriosa dos bens da empresa, estimar sua vida útil econômica e seu valor residual. A prática adotada pela RFB ficou restrita apenas para fins de apuração dos impostos, sendo os valores de depreciação controlados em registros auxiliares.

A variação entre a depreciação apurada pela Lei nº 11.638/2007, em relação à depreciação apurada para fins fiscais definido pela RFB, provocou o seguinte efeito no resultado do exercício de 2015:

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Depreciação Fiscal - RFB	89.338.573,14	84.161.376,83
Depreciação da Lei nº 11.638/07	(65.432.754,09)	(70.557.879,69)
<b>RESULTADO</b>	<b>23.905.819,05</b>	<b>13.603.497,14</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 6.2.2 – IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

Os valores dos ativos dos contratos nº 989/2010, nº 231/2011 e nº 975/2011, no total de R\$ 11.465.209,79 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e nove reais e setenta e nove centavos), constantes na conta "Obras e Andamento", em fase de conclusão e serão transferidos para conta "Edificação/Instalação" no exercício de 2016.

Nº CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR DO CONTRATO (EMR\$)	VALOR REALIZADO (EMR\$)	SALDO CONTRATUAL (EMR\$)
0989/2010	Rits Fire Segurança	240.698,06	211.999,45	28.698,61
0231/2011	Naturesani Saneamento	2.828.723,84	2.487.136,73	341.587,11
0975/2011	Construtora Litorânea	9.982.676,18	8.766.073,61	1.216.602,57
0265/2013	Emida Instalações e Engenharia	1.629.675,56	1.291.041,43	338.634,13
0047/2014	CEI - Serviços de Engenharia Ltda.	998.490,89	998.490,89	0,00
0051/2014	MM Locações e Construções	5.261.898,55	4.938.726,43	323.172,12
0246/2014	Ata Service Comércio e Serviços Ltda.	1.520.296,41	949.015,18	571.281,23
0031/2015	Ata Service Comércio e Serviços Ltda.	582.677,67	457.233,54	125.444,13
0211/2015	Ata Service Comércio e Serviços Ltda.	866.177,95	701.299,50	164.878,45
<b>SUBTOTAL</b>		<b>23.911.315,11</b>	<b>20.801.016,76</b>	<b>3.110.298,35</b>
	Bens móveis em almoxarifado	0,00	2.679.668,97	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>23.911.315,11</b>	<b>23.480.685,73</b>	<b>3.110.298,35</b>

### 6.2.3 – IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO

Ao longo do exercício de 2015 a CMB em acompanhamento das importações de equipamentos, validou a ativação de R\$ 209.065.277,63 (duzentos e nove milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos), restando ainda o valor de R\$ 40.705.794,00 (quarenta milhões, setecentos e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais).

A depreciação econômica/fiscal foi realizada pela empresa especializada onde atualizou o cálculo ideal retroativo de acordo com o item 6 do ICPC 10 e Lei nº 11.638/2007. Para tanto, foi feita vistoria técnica, informações meticulosas, fatores técnicos, físicos e econômicos. Foram considerados também o período no qual o bem pode ser considerado útil e proveitoso às suas atividades, não significando, contudo, sua provável duração física. Foi verificado o montante de investimentos gastos em manutenções adotadas no período analisado, bem como o processo de desgaste. Todo o processo nos trabalhos de avaliação seguiram rigorosamente as atuais normas técnicas – NBR 14.653-5 – AVALIAÇÃO DE MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E BENS INDUSTRIAIS. Sendo assim, os bens transferidos da conta Importações em andamento não apresentaram distorções relativos ao cálculo da depreciação, motivo pela qual a empresa cercou-se de todos os critérios e premissas no trato da recuperação da depreciação econômica.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

<b>PROCESSOS</b>	<b>DESCRIÇÃO DO BEM</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>
3408/2008	Dowal Agente para Dispositivo de Tela	2.544.338,83
3408/2008	Máquina Optinot - Aplicador de Holograma	2.172.303,37
4338/2009	Equipamento de Laminação para Cartões Plásticos	1.551.619,22
4342/2009	Equipamento de Solda-Seladora	1.508.061,62
0254/2010	Prensa Hidráulica	1.753.381,55
0025/2011	Módulo de Colagem e Laminação de Capas de Passaporte	1.539.433,48
0051/2011	Máquina Automática de Brunimento, Lavagem de Disco	1.831.354,25
0142/2011	Forno Fusão e Lingotamento Contínuo	4.111.391,90
0167/2011	Laminador de Metais não Ferrosos	2.547.265,25
0098/2012	Quadros Elétricos para Prensas Schuller	1.909.159,63
0198/2013	Equipamentos Automáticos de Personalização de Cadernetas	8.134.440,01
1407/2013	Retificadora Cilíndrica de Precisão	2.302.039,90
4047/2013	Forno à Vácuo para Tratamento Térmico	2.162.519,98
	Outros	6.638.485,01
<b>TOTAL</b>		<b>40.705.794,00</b>

Os valores dos contratos de equipamentos e máquinas estão em fase de conclusão do processo de imobilização, no total de R\$ 28.106.794,11 (vinte e oito milhões, cento e seis mil, setecentos e noventa e quatro reais e onze centavos), serão transferidos para conta “Máquinas/Motores e Equipamentos Industriais” no exercício de 2016.

#### 6.2.4 – INTANGÍVEL

O Intangível adquirido no Exercício de 2015 refere-se a softwares conforme quadro a seguir:

<b>COMPOSIÇÃO</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Software	39.765.213,01	39.191.869,01
(-) Amortização	(30.332.545,86)	(25.656.073,27)
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>9.432.667,15</b>	<b>13.535.795,74</b>

#### 6.3 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)

A CMB contratou empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment nos bens do Ativo Imobilizado determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e de acordo com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1). O resultado dessa avaliação indicou que de forma majoritária os bens do ativo imobilizado registrados e controlados na contabilidade estão com os seus valores recuperáveis, portanto, não sendo necessários ajustes para perdas. O resultado dessa apreciação também mostrou que foram encontrados apenas alguns bens que se encontram em uma posição inversa, ou seja, estão registrados contabilmente por valor que excede seu valor recuperável de R\$ 401.248,82 (quatrocentos e um mil, duzentos e quarenta oito reais e oitenta e dois centavos) apresentando um resultado acumulado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 no valor de R\$ 900.095,09 (novecentos mil, noventa e cinco reais e nove centavos). O ajuste da perda do valor desses ativos foi reconhecido diretamente na conta de resultado 365010100 – Desincorporação de Ativos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

7.1 – FORNECEDORES

	VALORES (EM R\$)	
FORNECEDORES	31/12/2015	31/12/2014
VENCIDOS	111.080.751,96	71.380.864,13
A VENCER	233.779.269,51	220.108.022,13
<b>TOTAL</b>	<b>344.860.021,47</b>	<b>291.488.886,26</b>

Com relação aos débitos vencidos, R\$ 107.389.840,89 (cento e sete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos) se referem aos envasadores e fumageiros inadimplentes dos serviços de contagens dos Selos Fiscais Inteligentes - SICOBE e SCORPIOS e R\$ 3.690.911,07 ( três milhões seiscentos e noventa mil novecentos e onze reais e sete centavos) se referem a outros débitos que não foram pagos até o final do exercício. Todos os fornecedores a vencer tem perspectiva de liquidação do exercício de 2016.

	VALORES (EM R\$)	
FORNECEDORES	31/12/2015	31/12/2014
NACIONAIS	20.855.001,65	20.442.470,34
ESTRANGEIROS	9.314.993,84	7.414.365,37
SICOBE E SCORPIOS	314.690.025,98	263.632.051,25
<b>TOTAL</b>	<b>344.860.021,47</b>	<b>291.488.886,96</b>

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras dos insumos no País e no Exterior, como também, as obrigações a pagar com os custos apropriados por competência no mês de novembro e dezembro referentes aos serviços de contagem dos Selos Fiscais Inteligentes - SICOBE e SCORPIOS, no valor de R\$ 314.690.025,98 (trezentos e quatorze milhões, seiscentos e noventa mil, vinte e cinco reais e noventa e oito centavos).

7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 13.000.849,43 (treze milhões, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos) corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

	VALORES (EM R\$)	
EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2015	31/12/2014
PESSOAL A PAGAR	406.135,66	27.693.541,09
INSS A RECOLHER	8.713.520,30	6.841.612,78
FGTS A RECOLHER	3.184.512,19	2.513.756,12
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (SESI/SENAI)	696.681,28	572.150,62
<b>TOTAL</b>	<b>13.000.849,43</b>	<b>37.621.060,61</b>

A CMB no exercício de 2015 provisionou os valores referentes ao impacto do PCCS no montante de R\$ 13.666.318,46 (treze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos), além do impacto do Plano de Demissão Voluntária Fase I (PDV I), no



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

montante de R\$ 12.464.562,45 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois e quarenta e cinco centavos).

A segunda fase de implantação do PDV seguiu os mesmos moldes da primeira fase e foi iniciada no dia 23/09/2015, após aprovação em Reunião de Diretoria. O período de adesão ocorreu entre os dias 23/09 a 16/10/2015.

O total de empregados que aderiram ao PDV II foi de 08, discriminados por cargos, conforme exposto no quadro abaixo:

CARGO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Analista	2	25,00%
Técnico Especializado	2	25,00%
Técnico Operacional	4	50,00%
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>100,00%</b>

### 7.2.1 – PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 45.195.881,98 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos) foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

#### VALORES (EM R\$)

PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Férias	45.195.881,98	37.327.112,22
<b>TOTAL</b>	<b>45.195.881,98</b>	<b>37.327.112,22</b>

### 7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

A Participação nos Lucros e Resultados foi estabelecida conforme deliberação do Conselho de Administração – CONSAD – da Casa da Moeda do Brasil em sua 228ª Reunião Ordinária realizada no dia 11/12/2015, definindo o percentual de 9% sobre o Lucro Líquido Ajustado – LLA – gerado na Demonstração de Resultado do Exercício do período de 2015. Segue a composição do saldo da conta:

#### VALORES (EM R\$)

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	31/12/2015	31/12/2014
Participação dos Empregados no Lucro	28.022.129,07	20.085.988,46
Exercício Anterior	167.919,18	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>28.190.048,25</b>	<b>20.085.988,46</b>

### 7.4 – REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil – CMB, conforme disposto na Lei nº 6.404/1976, deliberou em sua 228ª Reunião Ordinária, no dia 11/12/2015, o valor de R\$ 430.722,53, (quatrocentos e trinta mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos) limitado a 02 (dois) honorários de cada Dirigente, relativos ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2015. O quadro a seguir contempla a composição do saldo da conta:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015

VALORES (EM R\$)

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração Variável Anual dos Dirigentes	430.722,53	400.000,00
Exercício Anterior	237.372,41	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>668.094,94</b>	<b>400.000,00</b>

O saldo referente ao exercício anterior de R\$ 237.372,41 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos) refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 02 (dois) exercícios subsequentes.

7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 8.495.737,24 (oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte quatro centavos) corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

VALORES (EM R\$)

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2015	31/12/2014
IRRF - EMPREGADOS	7.176.938,06	4.918.758,01
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS	420.635,62	418.796,91
TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS POR ORGÃOS PÚBLICOS	123.556,24	234.094,94
ICMS A RECOLHER	94.800,63	335.912,62
ISS RETIDO DE TERCEIROS	278.720,72	203.984,35
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO	35.311,03	551.244,21
PASEP DIFERIDO	70.397,70	70.397,70
COFINS DIFERIDO	295.377,24	295.377,24
<b>TOTAL</b>	<b>8.495.737,24</b>	<b>7.028.565,98</b>

7.6 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

VALORES (EM R\$)

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2015	31/12/2014
SRF - SELO FÍSICO	44.439.962,55	0,00
SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICOBÉ	181.732.188,34	155.853.605,64
DIVERSOS CLIENTES	535,36	21.417,47
<b>TOTAL</b>	<b>226.172.686,25</b>	<b>155.875.023,11</b>

O valor de R\$ 44.439.962,55 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) refere-se a recebimentos ainda não identificados, assim que forem conciliados serão faturados no exercício de 2016. O valor de R\$ 181.732.188,34 (cento e oitenta e um milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos) refere-se ao repasse da Secretaria da Receita Federal do programa SICOBÉ/SCORPIOS.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

**7.7 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL</b>		
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	339.809.841,22	227.317.973,23
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesas Esperadas à Taxa Nominal	115.535.346,01	77.288.110,90
<b>ADIÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Ajuste Teste de Impairment	(401.248,82)	(81.205,20)
Provisões e Reversões para Contingências	(767.062,97)	2.175.594,51
Provisões e Reversões para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.101.459,15	15.411.897,50
Provisões e Reversões para Perda de Investimento	110.785,27	(1.527.563,28)
Participações no Lucro - Diretoria	430.722,53	400.000,00
Provisão e Reversão de Depreciação Acelerada Incentivada	0,00	0,00
Parcela do Lucro - Contratos de Pessoas Jurídicas de Direito Público	(19.133.948,09)	(20.067.846,22)
Dividendos Recebidos	(5.632,97)	(18.207,10)
Exclusão da Parcela Referente a Vendas Monopolizadas	(285.155.392,27)	(185.168.174,55)
Benefícios Fiscais dos Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00
Juros do Tesouro Nacional - Notas do Tesouro Nacional	(93.296,68)	(173.425,86)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(23.905.819,05)	(25.237.123,68)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Imposto de Renda	0,00	2.905.722,89
Contribuição Social	0,00	1.234.600,80
<b>ALÍQUOTA EFETIVA</b>	<b>0,00%</b>	<b>1,82%</b>

Em 2015, a apuração da base para o cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social parte do Lucro antes dos Impostos e Contribuições onde foram excluídas 99,34% das receitas da CMB por terem caráter de exclusividade. Sendo assim, a base apurada para cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social ficou negativa, o que ocasionou o não registro contábil das supracitadas provisões.

**7.8 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

O valor de R\$ 1.606.737,84 (um milhão, seiscentos e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) corresponde a outras obrigações de curto prazo com destaque para Depósitos e Cauções no valor de R\$ 1.002.691,21 (um milhão, dois mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e um centavos) relativos às garantias de cumprimento dos contratos celebrados pela CMB com seus fornecedores e prestadores de serviços.

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.606.737,84	2.199.280,94
<b>TOTAL</b>	<b>1.606.737,84</b>	<b>2.199.280,94</b>

**7.9 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO**

Em dezembro de 2015 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 29.003,48 (vinte e nove mil, três reais e quarenta e oito centavos) e a menor foi de R\$ 2.666,52 (dois mil, seiscentos e sessenta e



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

seis reais e cinquenta e dois centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 8.619,78 (oito mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

### VALORES (EM R\$)

CAPITAL	31/12/2015	31/12/2014
Maior Remuneração	29.003,48	26.619,34
Remuneração Média	8.619,78	5.384,09
Menor Remuneração	2.666,52	2.279,50

### NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

#### 8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CMB possui junto ao Banco do Brasil os seguintes empréstimos com finalidade de financiar o seu Capital de Giro:

- R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 110,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O presente contrato compreende duas parcelas iguais, sendo a primeira em 08/06/2017 e a segunda em 08/06/2018, juntamente com todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 111,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Foi antecipada uma parcela de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em agosto de 2015, visando: reduzir encargos financeiros com endividamento, amortizar o montante de dívida de longo prazo com maior remuneração, alavancar resultado financeiro projetado para o exercício de 2015 e viabilizar ganho potencial gerado pelo processo de gestão do Fluxo de Caixa CMB.
- Os referidos encargos dos empréstimos são calculados por dias úteis, mensalmente, a cada data-base, levados a débito da conta vinculada, a cada semestre, no vencimento e na liquidação das dívidas.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

FLUXO FINANCEIRO ESTIMADO - OPERAÇÃO 330.900.704							
	DI	14,14%		%CDI		110,90%	
Data Inicial	Data Final	Dias Úteis	Taxa do Período	Principal + Juros	Principal Pago	Juros	Juros Acumulados
09/07/2015	31/07/2015	17	0,9943%	R\$ 100.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 994.332,84	R\$ 994.332,84
01/08/2015	31/08/2015	21	1,2297%	R\$ 100.994.332,84	R\$ 0,00	R\$ 1.241.954,32	R\$ 2.236.287,16
01/09/2015	30/09/2015	21	1,2297%	R\$ 102.236.287,16	R\$ 0,00	R\$ 1.257.226,96	R\$ 3.493.514,12
01/10/2015	31/10/2015	21	1,2297%	R\$ 103.493.514,12	R\$ 0,00	R\$ 1.272.687,42	R\$ 4.766.201,54
01/11/2015	30/11/2015	20	1,1708%	R\$ 104.766.201,54	R\$ 0,00	R\$ 1.226.630,85	R\$ 5.992.832,39
01/12/2015	31/12/2015	22	1,2468%	R\$ 105.992.832,39	R\$ 0,00	R\$ 1.321.561,75	R\$ 7.314.394,15
FLUXO FINANCEIRO ESTIMADO - 330.900.705							
	DI	14,14%		%CDI		111,90%	
Data Inicial	Data Final	Dias Úteis	Taxa do Período	Principal + Juros	Principal Pago	Juros	Juros Acumulados
01/07/2015	31/07/2015	21	1,0033%	R\$ 150.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.505.011,58	R\$ 1.505.011,58
01/08/2015	07/08/2015	5	0,5371%	R\$ 101.505.011,58	R\$ 50.000.000,00	R\$ 445.517,49	R\$ 1.950.529,07
08/08/2015	31/08/2015	16	1,1262%	R\$ 101.950.529,07	R\$ 0,00	R\$ 962.457,14	R\$ 2.912.986,21
01/09/2015	30/09/2015	21	1,0278%	R\$ 102.912.986,21	R\$ 0,00	R\$ 1.277.027,27	R\$ 4.190.013,48
01/10/2015	31/10/2015	21	1,0770%	R\$ 104.190.013,48	R\$ 0,00	R\$ 1.292.873,66	R\$ 5.482.887,14
01/11/2015	30/11/2015	20	1,1262%	R\$ 105.482.887,14	R\$ 0,00	R\$ 1.246.220,59	R\$ 6.729.107,73
01/12/2015	31/12/2015	22	0,9786%	R\$ 106.729.107,73	R\$ 0,00	R\$ 1.343.528,42	R\$ 8.072.636,15
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 15.387.030,30</b>

**8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES**

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 5.046.207,39 (cinco milhões, quarenta e seis mil, duzentos e sete reais e trinta e nove centavos) foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:

VALORES (EM R\$)		
PROCESSOS JUDICIAIS - PROVÁVEIS	31/12/2015	31/12/2014
Contingência Trabalhista	4.941.458,02	5.708.520,99
Contingência Cível	104.749,37	104.749,37
<b>TOTAL</b>	<b>5.046.207,39</b>	<b>5.813.270,36</b>

O saldo das contingências passivas demonstradas no quadro abaixo foi classificado pelo Departamento Jurídico como sendo possível a saída de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

VALORES (EM R\$)		
PROCESSOS JUDICIAIS - POSSÍVEIS	31/12/2015	31/12/2014
Contingência Trabalhista	137.850,92	260.204,50
Contingência Cível	14.321.496,64	9.239.802,86
<b>TOTAL</b>	<b>14.459.347,56</b>	<b>9.500.007,36</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 8.3 – CONTINGÊNCIA FISCAL

Trata-se de pendências fiscais junto aos órgãos da administração pública municipal, as quais não foram provisionadas pelo fato da CMB considerar que há grandes possibilidades de sucesso judicial, conforme demonstrado a seguir:

- Processos Judiciais junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativa à incidência do ISS sobre produtos que pagam IPI e ICMS.

### NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Diretoria Executiva em observância ao disposto nos Incisos III e XIII do art. 13 c/c os arts. 18, inciso I, e art. 36 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2015 à apreciação para deliberação e aprovação do Conselho de Administração, a saber:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
1 - Lucro Líquido do Exercício	<b>311.356.989,62</b>	<b>223.177.649,54</b>
2 - Reserva Legal Constituída	(15.567.849,48)	(11.158.882,48)
3 - Base de Cálculo para os Dividendos	295.789.140,14	212.018.767,06
4 - Remuneração a pagar à União	<b>112.991.451,53</b>	<b>80.991.169,02</b>
4.1 - Dividendo a pagar - Mínimo Legal	73.947.285,03	53.004.691,77
4.2 – Remuneração Adicional Proposto	39.044.166,50	27.986.477,25
5 - Reserva para Investimento	182.797.688,61	131.027.598,04

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

### NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Com base no Parecer nº 78/2015/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF, da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ofício SEI nº 26408/2015-MP, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, na Nota PGFN/CAS/Nº1118/2015, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, contidos no Processo nº 10951.000338/2015-61, no Parecer DEJUR nº 001/2016, foi deliberado na 219ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, e após opinião favorável do Conselho Fiscal, foi aprovado o aumento do Capital Social da CMB, sendo mediante a incorporação da Reserva Legal, no montante de R\$ 76.994.736,02 (setenta e seis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e dois centavos) e da Reserva de Investimento, no montante de R\$ 319.881.879,00 (trezentos e dezenove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais), passando o capital social de R\$ 963.801.199,07 (novecentos e sessenta e três milhões, oitocentos e um mil, cento e noventa e nove reais e sete centavos) para R\$ 1.360.677.814,09 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e nove centavos).

CAPITAL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	1.360.677.814,09	963.801.199,07
<b>TOTAL</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>963.801.199,07</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### NOTA 11 – RESERVAS

#### 11.1 – RESERVAS DE LUCRO

##### 11.1.1 – RESERVA LEGAL

Ao encerramento do exercício de 2015 foram destinados obrigatoriamente 5% (cinco por cento) do lucro líquido à Reserva Legal, cujo o valor constituído foi de R\$ 15.567.849,48 (quinze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), conforme prevê o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976.

VALORES (EM R\$)		
RESERVA DE LUCRO	31/12/2015	31/12/2014
Reserva Legal	15.567.849,48	76.994.736,02
<b>TOTAL</b>	<b>15.567.849,48</b>	<b>76.994.736,02</b>

##### 11.1.2 – RESERVA PARA INVESTIMENTO

A finalidade da Reserva de Investimento no valor R\$ 182.797.688,61 (cento e oitenta e dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos) é atender o Orçamento de Capital a ser aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2016 e subsequentes que compõe o Plano Plurianual da CMB, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

VALORES (EM R\$)		
RESERVA DE LUCRO	31/12/2015	31/12/2014
Reserva para Investimento	766.987.999,98	904.072.190,37
<b>TOTAL</b>	<b>766.987.999,98</b>	<b>904.072.190,37</b>

### NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

#### 12.1 – RECEITA BRUTA OPERACIONAL

VALORES (EM R\$)		
COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA	31/12/2015	31/12/2014
Produtos Monopolizados	528.502.515,54	385.534.329,86
Produtos não Monopolizados	13.587.436,96	15.614.108,20
Serviços Monopolizados	1.855.154.625,68	1.609.573.431,75
Serviços não Monopolizados	13.669.320,83	153.907.450,26
Outras Vendas	591.508,36	38.501,79
IPI Contido no Faturamento Bruto	(505.430,41)	(827.650,06)
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>2.410.999.976,96</b>	<b>2.163.840.171,80</b>

A promulgação da Lei nº 13.043/2014, que concedeu a exclusividade ao serviço de confecção de cadernetas de passaporte, acarretou o incremento da rubrica de Serviços Monopolizados em detrimento da redução da rubrica de Serviços não Monopolizados.

O aumento da Receita Bruta de 2015 justifica-se devido ao crescimento do faturamento dos serviços de selos rastreáveis do programa SICOBE/SCORPIOS.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 12.2 – LUCRO BRUTO OPERACIONAL

	VALORES (EM R\$)	
DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS	31/12/2015	31/12/2014
Devolução de Vendas	(243.325,12)	(3.121.442,90)
ICMS	(2.417.643,63)	(1.881.238,69)
ISS	(431.987,40)	(7.688.436,27)
PASEP	(191.043,85)	(2.637.898,96)
COFINS	(879.959,53)	(12.150.322,45)
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.625.834.072,90)	(1.458.801.052,61)
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>781.001.944,53</b>	<b>677.559.779,92</b>

Com a extensão da exclusividade ao serviço de confecção de cadernetas de passaporte à CMB, o benefício fiscal concedido acarretou na isenção de tributos federais e municipais à esta atividade, gerando assim aumento no Lucro Bruto Operacional.

A variação do Custo dos Produtos e Serviços vendidos deve-se ao reconhecimento do custo fixo de cédulas e moedas incorrido no exercício de 2014, somente contemplado no contrato com o BACEN do exercício de 2015.

A CMB encontra-se em negociação junto ao BACEN, para que o custo fixo de cédulas e moedas incorrido em 2015 seja contemplado no contrato referente ao Plano Anual de Produção – PAP de 2016.

### 12.3 - DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

	VALORES (EM R\$)	
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com Pessoal	(326.025.356,97)	(306.943.318,97)
Despesas com Insumos	(11.034.357,08)	(8.004.869,98)
Despesas com Serviços	(137.996.736,48)	(83.341.427,28)
Despesas de Depreciação e Amortização	(23.093.441,89)	(28.291.582,31)
Despesas Tributárias	(2.492.451,72)	(5.534.978,15)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1.521.411,60	(14.342.385,77)
<b>DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(499.120.932,54)</b>	<b>(446.458.562,46)</b>

Em virtude da implantação do novo Plano de Contas (PCASP) do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) no exercício de 2015, ficou prejudicada a comparabilidade das contas contábeis de resultado, principalmente despesas, em relação ao exercício de 2014, em decorrência de aglutinação de várias contas contábeis de mesma natureza, ficando restrito a análise gerencial dessas contas.

Observa-se que, com relação as Despesas Comerciais e Administrativas, os reflexos na rubrica de Despesas com Serviços se referem, entre outros, à isenção fiscal por parte dos envasadores dos tributos federais PASEP/COFINS, sendo assim a CMB deixou de utilizar esses créditos. A rubrica Outras Despesas (Receitas) Operacionais sofreu o efeito do recebimento de prêmio de seguro referente a sinistros, além da reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa de clientes.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 12.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	VALORES (EM R\$)	
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre Aplicações Financeiras	40.004.194,28	21.604.304,55
Juros sobre Créditos a Receber	4.134.428,40	4.628.089,53
Juros sobre Créditos Tributários	25.999.635,18	16.347.501,24
Outras Receitas Financeiras	2.311.792,19	218.738,26
Varição Cambial sobre Importações e Exportações	1.861.431,67	6.379.868,06
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>74.311.481,72</b>	<b>49.178.501,64</b>
Encargos Financeiros sobre Previdência Complementar	(3.669.704,12)	(3.124.388,11)
Despesas Financeiras a Liquidar	0,00	(4.904.600,00)
Varição Cambial sobre Fornecedores no Exterior	(2.952.063,32)	(5.623.139,00)
Juros e Encargos Financeiros sobre Dívida Contraída	(32.189.403,42)	(17.831.676,22)
Atualização Monetária sobre Dividendos à União	(4.901.552,67)	(21.044.676,65)
Outras Despesas Financeiras	(1.122.780,56)	(433.265,89)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(44.835.504,09)</b>	<b>(52.961.745,87)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>29.475.977,63</b>	<b>(3.783.244,23)</b>

Destacam-se do Resultado Financeiro Líquido, o crescimento dos Juros sobre Aplicação Financeira resultado do aumento do saldo financeiro da mesma; a variação dos Juros sobre Créditos Tributários, oriunda das atualizações dos créditos tributários pela taxa SELIC.

O aumento dos Juros e Encargos Financeiros sobre a Dívida Contraída, resultante da apropriação durante todo o exercício de 2015, de empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) contraídos a partir do 2º semestre de 2014, embora tenha havido o pagamento antecipado de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) em agosto de 2015 conforme item 8.1 desta nota; e a redução de Juros e Encargos Financeiros relativos ao ano de 2015, devido ao pagamento de dividendos atualizados pela SELIC inferior ao exercício anterior.

### NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1), e com base na análise da empresa contratada para serviços de cálculos atuariais, Assistants Consultoria Atuarial Ltda, a CMB, em 2015 apurou o saldo final de R\$ 3.775.356,20 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) em Outros Resultados Abrangentes referente à 50% do superávit atuarial apurado na Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil – CIFRÃO. Valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1). Comparativamente ao valor registrado de déficit em 2014, na ordem de R\$ 74.594.856,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), o resultado apurado em 2015 representa aumento de R\$ 78.370.212,20 (setenta e oito milhões, trezentos e setenta mil, duzentos e doze reais e vinte centavos) na parcela de 50% do superávit atuarial apurado na CIFRÃO.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### NOTA 14 – RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS

A empresa possui sob sua guarda e/ou custódia, metais nobres (Ouro, Platina, Paládio e Prata) de propriedade de terceiros, com registro em contas de compensação.

### NOTA 15 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

### NOTA 16 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

#### 16.1. Descrição geral das características dos planos de Benefícios

##### a) Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil – CMB é uma das patrocinadoras da Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil – CIFRÃO, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de caráter previdenciário, instituídos sob legislação específica (Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29.05.2001). Segundo esses normativos, as entidades fechadas de previdência complementar são constituídas sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria e geridos de forma independente.

Atualmente, a entidade administra dois planos de benefícios: o Plano de Benefício Definido Cifrão – PBDC e o Plano MoedaPrev, instituído na modalidade de contribuição variável.

O plano PBDC encontra-se fechado para novas adesões desde 27 de janeiro de 2011 e seu estágio atual é de maturidade. O caráter previdenciário do plano objetiva conceder aos participantes uma suplementação vitalícia de um benefício básico previdencial, sendo prevista a concessão dos seguintes benefícios:

- 1) Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço (ou contribuição), inclusive sob a forma antecipada;
- 2) Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- 3) Suplementação de aposentadoria por velhice (idade);
- 4) Suplementação de aposentadoria especial;
- 5) Suplementação de auxílio-doença;
- 6) Suplementação de pensão;
- 7) Suplementação de abono anual.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

Em relação ao MoedaPrev, a CIFRÃO instituiu o plano em 02 de setembro de 2010, no modelo de contribuições variáveis durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência complementar fechada, reportadas ao órgão de fiscalização.

Somente está avaliado o Plano de Benefício Definido mantido pela Entidade.

### b) Plano de Assistência Médica

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos empregados inativos. O plano de saúde não foi incluído na avaliação de benefícios pós-emprego.

### 16.2. Análise da obrigação atuarial

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2015, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 434.104.103,33 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, cento e quatro mil, cento e três reais e trinta e três centavos). Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 272.171.855,73 (duzentos e setenta e dois milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos), revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 60.637.096,80 (sessenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil, noventa e seis reais e oitenta centavos). Dada as características do plano, que permite o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 16.2.1 – Conciliação da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos

Valores em R\$	31/12/2015	31/12/2014
<b>Obrigações no início do Exercício</b>	<b>510.420.312,00</b>	<b>457.808.780,00</b>
Custo do Serviço	8.807.342,00	10.540.497,00
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	66.419.804,95	56.375.101,00
(Ganhos)/Perdas Atuariais	(129.187.444,76)	4.412.551,00
(-) Benefícios Pagos	(22.355.910,86)	(18.716.617,00)
<b>Obrigações no final do Exercício</b>	<b>434.104.103,33</b>	<b>510.420.312,00</b>

Valores em R\$	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativos Financeiros no Início do Exercício</b>	<b>252.587.872,00</b>	<b>232.543.788,00</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	32.935.841,95	28.635.710,00
Contribuições Patronais	8.442.616,00	7.659.984,00
Contribuições Participantes	7.211.030,12	7.703.926,00
(-) Benefícios Pagos	(22.355.910,86)	(18.716.617,00)
Ganhos/(Perdas) Financeiras	(6.649.593,48)	(5.238.919,00)
<b>Ativos Financeiros no Final do Exercício</b>	<b>272.171.855,73</b>	<b>252.587.872,00</b>
(Déficit)/Superávit apurado	(161.932.247,60)	(257.832.441,00)
Risk Sharing	80.966.123,80	128.916.220,00
Contrato de dívida contratado e já registrado (*)	20.329.027,00	23.757.601,00
<b>(Déficit)/Superávit ao final do Exercício</b>	<b>(60.637.096,80)</b>	<b>(105.158.619,00)</b>

(\*) A CMB assinou, em 12/12/2000, contrato de Reconhecimento e Parcelamento do Pagamento do Déficit Atuarial Residual da CIFRÃO, no valor de R\$ 27.884.027,89 (vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), referenciado a 30 de junho de 2000. A amortização dessa obrigação iniciou-se a partir de janeiro de 2001, mediante o pagamento de 216 prestações mensais, no valor de R\$ 208.921,14 (duzentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais e quatorze centavos), atualizadas pelo INPC mais juros de 6% ao ano.

### 16.2.2 – Composição das Obrigações de Curto e Longo Prazo

Valores em R\$	31/12/2015
Total do Contrato de Dívida junto à Cifrão	20.329.027,48
Parcela do Contrato de Dívida reconhecida no Passivo Circulante	(6.768.679,75)
<b>Parcela do contrato de dívida reconhecida no Passivo Não Circulante</b>	<b>13.560.347,73</b>
Passivo atuarial ao Final do Exercício	60.637.096,80
<b>Obrigações com Entidade de Previdência Privada - Longo Prazo</b>	<b>74.197.444,53</b>

O valor atualizado da obrigação do Déficit Atuarial Residual da CIFRÃO, registrado em 31/12/2015, totaliza R\$ 20.329.027,48 (vinte milhões, trezentos e vinte e nove mil, vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), sendo que R\$ 6.768.679,75 (seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) vencem no exercício de 2016.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

16.3 – Montantes reconhecidos na Demonstração de Resultados e no Patrimônio Líquido

<b>Despesa a ser reconhecida em 2016</b>	
Saldos	Em R\$
Custo do serviço corrente	6.863.076,00
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	57.647.956,00
(-) Contribuições esperadas de participantes	(8.545.425,00)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(36.892.959,00)
<b>Total da despesa/(receita) apurada</b>	<b>19.072.648,00</b>
Risk Sharing	9.536.324,00
<b>Despesa/(Receita) a ser reconhecida no próximo exercício</b>	<b>9.536.324,00</b>

<b>Reconhecimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA</b>	
Saldos	Em R\$
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>74.594.856,00</b>
<b>Total dos Ganhos apurados no ano</b>	<b>(78.370.212,20)</b>
50% do (ganho)/perda no valor das obrigações	(64.593.722,38)
50% do (ganho)/perda dos ativos financeiros	3.652.922,30
50% do custo do ano	(16.924.344,50)
50% da contribuição dos participantes	(3.933.640,62)
Variação do contrato de dívida	3.428.573,00
<b>Saldo Final dos ano</b>	<b>(3.775.356,20)</b>

16.4 – Reconciliação e Demonstração do Passivo Líquido

<b>Reconciliação do Passivo Líquido</b>	<b>31/12/2015</b>
	<b>Em R\$</b>
<b>Passivo avaliado no início do Exercício</b>	<b>105.158.619,00</b>
<b>(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA</b>	<b>(78.370.212,20)</b>
<b>Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício</b>	<b>33.848.689,00</b>
Custo do serviço corrente	8.807.342,00
Juros sobre a obrigação atuarial	66.419.804,95
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos	(32.935.841,95)
(-) Contribuições da Patrocinadora	(8.442.616,00)
<b>Passivo Atuarial Líquido no final do exercício</b>	<b>60.637.096,80</b>

<b>Demonstração do Passivo</b>	<b>31/12/2015</b>
	<b>Em R\$</b>
<b>Déficit apurado na Avaliação Atuarial</b>	<b>60.637.096,80</b>
(+) Contrato de dívida	20.329.027,48
<b>Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)</b>	<b>80.966.124,28</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### 16.5 – Valor Justo dos ativos no plano

<b>Ativos Financeiros CIFRÃO – 31/12/2015 Em (R\$)</b>	
Fundos de Investimento	250.635.054,98
Investimentos Imobiliários	10.864.486,78
Empréstimos e Financiamentos	10.618.480,35
Outros	79.079,54
Tesouraria	952,40
(-) Outras exigibilidades	(26.198,32)
<b>Ativo Líquido</b>	<b>272.171.855,73</b>

### 16.5.1 – Abertura dos (ganhos) e perdas do exercício de 2015

<b>Valores Em R\$</b>	<b>Impacto</b>
Alteração da premissa de crescimento salarial	(16.078.239,83)
Aumento da taxa de desconto	(35.270.043,56)
Alteração da tábua mortalidade	(8.411.489,20)
Alteração da tábua de entrada em invalidez	(15.502.330,35)
Alteração na regra previdenciária INSS	(17.900.345,20)
Rentabilidade real da carteira	(25.629.997,35)
Contribuições de participantes	(7.867.281,24)
Outras variações demográficas	1.520.174,42
Ajustes relativos ao Risk Sharing contabilizado	46.769.340,11
<b>(Ganho)/Perda ao final do exercício</b>	<b>(78.370.212,20)</b>

### 16.6 – Premissas adotadas

#### 16.6.1 – Taxa de juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a “Duration” baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

<b>Ano</b>	<b>Valor Presente dos Pagamentos</b>	<b>NTN-B indicativa</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor Presente dos Pagamentos</b>	<b>NTN-B indicativa</b>
2016	27.704.315,24	6,00%	2037	5.646.338,53	7,44%
2017	27.098.597,77	6,53%	2038	4.924.122,45	7,44%
2018	25.543.176,65	7,03%	2039	4.078.235,38	7,44%
2019	24.706.034,96	7,31%	2040	3.535.293,80	7,36%
2020	23.295.491,90	7,31%	2041	1.940.974,87	8,36%
2021	21.801.190,49	7,31%	2042	1.259.320,53	9,36%
2022	21.104.370,23	7,40%	2043	760.921,29	10,36%
2023	20.283.413,68	7,43%	2044	442.520,29	11,36%
2024	19.570.195,06	7,35%	2045	1.002.601,42	7,35%
2025	18.250.109,66	7,35%	2046	637.336,33	8,35%
2026	17.070.313,56	7,35%	2047	370.562,13	9,35%
2027	15.603.006,05	7,35%	2048	213.057,80	10,35%
2028	14.389.793,97	7,35%	2049	114.076,15	11,35%
2029	13.030.573,41	7,35%	2050	287.975,67	7,26%
2030	12.024.430,10	7,36%	2051	209.246,17	7,26%
2031	11.170.383,59	7,36%	2052	146.229,86	7,26%
2032	9.987.716,34	7,36%	2053	101.227,21	7,26%
2033	9.275.187,33	7,36%	2054	88.369,08	7,26%
2034	8.301.237,04	7,36%	2055	41.834,48	7,21%
2035	7.167.876,91	7,44%	<b>TOTAL</b>	<b>379.594.867,33</b>	<b>7,43%</b>
2036	6.417.209,94	7,44%			

#### 16.6.2 – Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 6,5% para 2016, conforme indicação do Banco Central do Brasil.

#### 16.6.3 – Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de reajuste salarial da Patrocinadora, bem como pela análise das taxas utilizadas pelo mercado, principalmente por empresas estatais patrocinadoras de planos de previdência, o que resultou em uma taxa anual de 2%.

#### 16.6.4 – Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

#### 16.6.5 – Tábuas Biométricas

As massas populacionais vinculadas aos programas de benefícios pós-emprego da CMB foram testadas através de “teste de aderência” e demonstraram índices de sobrevivência compatíveis com a tábua GAM-94 Female, pelo histórico dos últimos 5 anos avaliados. Pelos mesmos critérios foram



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

utilizadas as tábuas Álvaro Vindas, para entrada em invalidez e GAM-94 Female para mortalidade de inválidos.

### 16.6.6 – Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 6,5% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,9681.

### 16.6.7 – Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%

Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido:

<b>Empregados em atividade</b>				
<b>Faixa etária</b>	<b>Nº participantes</b>	<b>Idade média (anos)</b>	<b>Tempo médio de empresa (anos)</b>	<b>Salário médio informado (R\$)</b>
26-35 anos	1	33,94	13,83	4.239,13
36-40 anos	4	38,35	16,21	4.914,28
41-45 anos	10	44,42	21,56	8.766,56
46-50 anos	48	49,2	26,79	7.669,52
51-55 anos	91	53,81	29,88	8.677,03
56-60 anos	169	58,54	34,59	8.541,60
61-65 anos	84	62,81	35,79	9.814,47
66-70 anos	30	68,13	39,71	9.036,58
71-75 anos	1	72,13	41,83	2.712,85
<b>Total / Média</b>	<b>438</b>	<b>57,48</b>	<b>32,84</b>	<b>8.701,06</b>

<b>Aposentados</b>				
<b>Faixa etária</b>	<b>Nº participantes</b>	<b>Idade média (anos)</b>	<b>Benefício médio informado (R\$)</b>	<b>Expectativa média de vida (anos)</b>
41-45 anos	2	45,72	373,28	39,18
46-50 anos	8	48,18	491,31	36,42
51-55 anos	17	53,44	435,23	31,55
56-60 anos	75	59,03	1.920,13	26,42
61-65 anos	176	63,81	1.737,82	22,21
66-70 anos	166	68,28	1.880,32	18,52
71-75 anos	77	73,47	3.157,17	14,59
76-80 anos	34	78,06	4.372,30	11,35
81-85 anos	15	83,08	1.972,29	8,32
86-90 anos	16	88,72	1.558,12	5,63
Acima de 91 anos	5	92,89	2.912,65	4,04
<b>Total Geral</b>	<b>591</b>	<b>67,38</b>	<b>2.089,53</b>	<b>19,65</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

<b>Pensionistas</b>				
<b>Faixa etária</b>	<b>Nº participantes</b>	<b>Idade média pensionista (anos)</b>	<b>Valor médio de benefício (R\$)</b>	<b>Expectativa média de vida (anos)</b>
0-18 anos	4	12,42	1.768,09	11,58
19-25 anos	3	20,75	606,41	3,25
26-35 anos	1	28,53	278,83	55,74
36-40 anos	2	38,94	2.324,25	45,95
41-45 anos	5	43,66	1.279,61	40,91
46-50 anos	12	49,14	1.053,99	35,66
51-55 anos	17	54,01	877,83	31,16
56-60 anos	34	59,14	1.702,37	26,34
61-65 anos	42	63,4	1.813,07	22,56
66-70 anos	28	68,32	1.377,64	18,48
71-75 anos	18	73,34	3.718,83	14,63
76-80 anos	18	78,33	989,13	11,24
81-85 anos	34	83,94	1.233,51	7,85
86-90 anos	19	87,58	680,75	6,01
Acima de 91 anos	10	94,64	2.498,71	3,65
<b>Total Geral</b>	<b>247</b>	<b>67,72</b>	<b>1.558,69</b>	<b>18,66</b>

16.7 – Análise de Sensibilidade

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

<b>Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas</b>		
<b>Taxa</b>	<b>Total da Obrigação</b>	<b>Variação %</b>
Real	434.104.103	-
Aumento (1%)	379.465.712	-13%
Redução (1%)	493.568.699	14%

<b>Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas</b>		
<b>Taxa</b>	<b>Total da Obrigação</b>	<b>Variação %</b>
Real	434.104.103	-
Aumento (1%)	442.124.016	2%
Redução (1%)	426.444.166	-2%

16.8 – Limites e Extensão dos Resultados

Os trabalhos da ASSISTANTS foram baseados nas informações cadastrais, financeiras e contábeis encaminhadas pela empresa, exclusivamente para a data-base de 31 de dezembro de 2015, e tiveram como objetivo o cálculo dos passivos relacionados aos benefícios pós-emprego mantidos pela Casa da Moeda do Brasil a favor de seus empregados e ex-empregados, em atendimento às normas nacionais e internacionais de contabilidade, a saber: CPC nº 33 (R1) e IAS19-R respectivamente. Esta avaliação foi conduzida em conformidade com as normas atuariais e contábeis vigentes que



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

compreenderam ainda: o planejamento dos trabalhos, considerando as práticas formais e informais da empresa mantidas e informadas pela administração; os testes de consistência da base cadastral relativa aos empregados ativos, aos aposentados e pensionistas dos planos; a definição das hipóteses atuariais com base nos testes de aderência realizados pela Entidade de Previdência Complementar; e a definição das hipóteses financeiras, em conjunto com a empresa, para estimativa futura de benefícios e salários.

Não fez parte do escopo desta análise: auditoria dos ativos financeiros; auditoria dos benefícios concedidos e pagos pela Entidade de Previdência Complementar; e auditoria dos dados cadastrais e balancetes contábeis disponibilizados pela CIFRÃO.

Mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, a Casa da Moeda do Brasil optou por descontar do déficit total apurado a parcela correspondente aos participantes, reduzindo o passivo total em R\$ 80.966.123,80 (oitenta milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos).

Como consequência da paridade adotada, o saldo de Outros Resultados Abrangentes foi readequado, descontando-se 50% dos ganhos e perdas apurados no exercício, atribuídos aos participantes.

Para o exercício de 2015, algumas premissas técnicas foram readequadas, em consonância com os testes de aderência realizados pela Entidade de Previdência Complementar (CIFRÃO), as quais geraram impactos positivos nos resultados da Avaliação Atuarial. Dentre as principais premissas destacamos: redução da taxa de crescimento salarial de 3,5% a.a. para 2% a.a., gerando um ganho de R\$ 16.078.239,83 (dezesseis milhões, setenta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos); alteração da tábua de entrada em invalidez resultando em um ganho de R\$ 15.502.330,35 (quinze milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e trinta reais e trinta e cinco centavos); alteração da taxa de desconto, gerando um impacto positivo de R\$35.270.043,56 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta, quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos); mudança nas regras previdenciárias do INSS, gerando um ganho de R\$ 17.900.345,20 (dezessete milhões, novecentos mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos) e alteração da tábua geral de mortalidade de AT2000 para GAM-94, gerando um ganho de R\$ 8.411.489,20 (oito milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos); rentabilidade real dos ativos financeiros do plano, no montante de R\$ 25.629.997,35 (vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos); entrada de contribuições de participantes, totalizando R\$ 7.867.281,24 (sete milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos); variações demográficas da carteira, gerando um impacto negativo de R\$ 1.520.174,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil e cento e setenta e quatro reais). Além dos efeitos da mudança das premissas técnicas citadas, o saldo da conta de Outros Resultados Abrangentes refletiu ainda a paridade de equacionamento do déficit apurado (risk sharing), de responsabilidade dos participantes, conforme acordo já assinado junto à Previc, totalizando uma perda de R\$ 46.769.340,11 (quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e onze centavos). Esses efeitos, somados, refletiram na inversão do saldo apurado em 2014, saindo do valor devedor de R\$ 74.594.856,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e oitocentos e cinquenta e seis reais) para credor em R\$ 3.775.356,20 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) em 2015.

Assim, tais resultados, refletem com propriedade os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil relativos aos benefícios pós-emprego, estando adequadamente calculados sob o formato atuarial e devidamente refletidos em suas demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2015

### **NOTA 17 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)**

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifirão (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas. O prazo se encerra 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data da publicação.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

No exercício de 2015 o processo do TAC foi analisado pelo Ministério da Fazenda, que se manifestou favoravelmente a celebração do termo em questão, por meio do Parecer nº 10/2015/GEROB/COFIS/SUPOFSTN-MF, de 29/09/2015, desde que atendidas algumas recomendações. Atualmente o processo encontra-se no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, sob análise do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Cabe informar que existe a recomendação da Auditoria Externa, Maciel Auditores, para que a Casa da Moeda do Brasil efetivamente implemente o plano de amortização conforme estipulado pelo TAC, bem como que verifique periodicamente a aderência efetiva das novas premissas atuariais adotadas haja vista o expressivo ganho atuarial conquistado.

### **NOTA 18 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) a CMB e com base na análise da ASSISTANTS, apurou o saldo de R\$ 3.775.356,20 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) como Outros Resultados Abrangentes referente ao superávit apurado na CIFRÃO, valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) apresentado nesta nota.

### **NOTA 19 – FATOS RELEVANTES**

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a Casa da Moeda do Brasil revisitou todos os valores a receber objetos de ações judiciais, suas rotinas e controles para somente reconhecer créditos *sub judice*, no ativo da CMB, após o trânsito em julgado, conforme Ofício Circular SEP SNC 02/2011, da CVM, em consonância com as boas práticas de governança aplicáveis.

### **NOTA 20 – EVENTO SUBSEQUENTE**

A Casa da Moeda do Brasil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda, é uma Empresa Estatal não dependente, com geração de recursos próprios provenientes de suas atividades operacionais realizadas em âmbito nacional e internacional, não pertencendo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, pertencendo ao Orçamento de Investimento do Poder Executivo Federal.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO DE 2015**

No início do exercício de 1999, a CMB passou a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI na modalidade Total, decorrente da determinação contida na Portaria nº 272, de 13/10/1998, do Ministério da Fazenda.

A partir de janeiro de 2015, com a implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) alterando diversas rotinas contábeis e não atendendo as peculiaridades da CMB enquanto empresa industrial, tornou-se imprescindível a implementação do módulo contábil do sistema integrado ERP/TOTVS, alterando a utilização da modalidade do SIAFI Total para o SIAFI Parcial.

O processo de migração iniciou-se durante o exercício de 2015 com a contratação de consultoria especializada e está sendo implementado oficialmente a partir de janeiro de 2016.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2015.

**MAURÍCIO VISCONTI LUZ**  
PRESIDENTE  
CPF Nº 016.724.227-01

**VAGNER DE SOUZA LUCIANO**  
DIRETOR DE  
GESTÃO  
CPF Nº 473.420.481-00

**LARA CARACCILO AMORELLI**  
DIRETORA DE  
PASSAPORTES E IMPRESSOS  
CPF Nº 973.066.737-34

**ROBERTO ALFREDO PAULO**  
DIRETOR DE  
SELOS  
CPF Nº 724.197.417-49

**PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA**  
DIRETOR DE  
CÉDULAS E MOEDAS  
CPF Nº 744.008.607-44

**MARCOS PAULO MARTINS DOS SANTOS**  
CONTADOR  
CPF: 042.969.697-30  
CRC - RJ: 089901/O-9